

De Colonos laboriosos, gatunos e bêbados trapaceiros:

Mundos do trabalho e colonialismo em *At Home in the Transvaal* (1884), de Mary Ann

Carey-Hobson

Evander Ruthieri da Silva

Resumo:

O artigo analisa o romance de aventura *At Home in the Transvaal* (1884), de Mary Ann Carey-Hobson, observando a fonte literária a partir de uma perspectiva teórico-metodológica que enfatiza suas relações com o mundo do trabalho e o colonialismo no sul da África nas décadas de 1870-1880. A ênfase recai sobre a idealização dos trabalhadores nas fazendas e nos campos de mineração, observando o destaque de Hobson a um tipo desejável de colono: jovial, laborioso e empreendedor, sem “vícios morais”, ao exemplo do alcoolismo ou dos jogos de azar. Além disso, estabelece distinções entre trabalhadores brancos e negros, descrevendo-os como serviçais domésticos, subservientes e afetuosamente apegados aos seus empregadores, sintomático de elementos racialistas e paternalistas na escrita literária de Hobson. Dessa forma, o romance aproxima-se dos interesses da elite colonial e do colonato branco no sul da África que, naquele contexto, visava estabelecer formas mais efetivas de controle da mão de obra e das terras de africanos negros.

Palavras-chave: História e Literatura. África do Sul. Colonialismo.

Abstract:

The article analyzes Mary Ann Carey-Hobson's adventure novel *At Home in the Transvaal* (1884), observing the literary source from a theoretical-methodological perspective that emphasizes its relations with labor and colonialism in southern Africa, during the 1870s and 1880s. The analysis emphasizes the idealization of farmers and workers in the mining fields, noting Hobson's emphasis on a desirable type of settler: young, hardworking and enterprising, without “moral vices”, such as alcoholism or gambling. Furthermore, Hobson draws distinctions between white and black workers, describing them as domestic servants,

subservient and affectionately attached to their employers, symptomatic of racialist and paternalistic elements in Hobson's literary writing. In this way, the novel approaches the interests of the colonial elite and the white settlers in southern Africa, which, in that context, aimed to establish more effective ways of controlling black Africans' labor and lands.

Keywords: History and Literature. South Africa. Colonialism.

Introdução

Ao longo do século XIX, a implementação do colonialismo na África promoveu uma relação direta entre práticas políticas e representações discursivas que lhe conferiam legitimidade pública, aproximando e sobrepondo condições pragmáticas de conquista com suas formas de justificação. A historiografia recente, em diálogo com os estudos africanos, tem demonstrado o modo como esses mecanismos de legitimação de políticas de exploração colonial estavam presentes no cotidiano de homens e mulheres, tanto nas metrópoles quanto nas colônias, por meio de discursos e práticas culturais voltadas à conquista de outros territórios.

Tratam-se de textos e imagens articulados à representação do continente africano, das suas sociedades e culturas, com certa frequência amparando-se em estereótipos raciais que visavam justificar a violência com base numa ideia “civilizatória” associada à exploração colonial e ao imperialismo. No campo da construção dos discursos colonialistas, a literatura, especialmente os romances de aventura ambientados em terras distantes e popularizados no último quartel do século XIX, desempenhavam um papel fundamental na construção de imaginários e paixões políticas atreladas à expansão colonial.

A partir das décadas de 1870 e 1880, as atenções voltavam-se ao sul da África, principalmente após a descoberta das minas de ouro e diamantes, o que envolveu, por parte da elite colonial e do colonato branco, uma preocupação política com o controle das terras e da mão de obra nativa, que resultou, a partir daquele momento, em um enrijecimento da legislação segregacionista. Nesse contexto, a região correspondente à República Sul-Africana (conhecida popularmente na época como Transvaal) atraiu os interesses de colonialistas britânicos, em especial por concentrar parte das áreas de mineração e por ser ponto de passagem de trabalhadores negros migrantes. Essa situação levou à polêmica anexação do Transvaal em 1877, situação que, poucos anos mais tarde, gerou conflitos entre britânicos e bôeres,⁴⁸ e a devolução do território no início da década de 1880.

A questão do Transvaal promoveu uma série de debates travados nos campos da política e da cultura literária. A partir disso, o artigo concentra-se no romance de aventura *At Home in the Transvaal* (1884), de Mary Ann Carey-Hobson (1832-1911), com ênfase nas representações discursivas do trabalho colonial no Transvaal, em especial, na mineração e na agricultura,

⁴⁸ Ao longo dos séculos XVIII e XIX, diversos termos eram utilizados alternadamente para denominar os descendentes de holandeses, alemães e franceses que se estabeleceram no sul da África desde o século XVII: burgher, Dutch, Dutchman, bôer (“fazendeiro”, em afrikaans), afrikaner. A partir do final do século XIX, o termo “afrikaner” passou a ganhar uma força política, para marcar a oposição aos britânicos, e também em associação a movimentos identitários. Cf. GILMEE, 2011, p. 256-259.

contextos laborais que a romancista associa a um quadro maior de problemas políticos e econômicos resultantes da anexação do território. A partir de seu engajamento com o colonialismo britânico, Mary Ann Carey-Hobson idealiza um modelo desejável ao colonato branco nas fazendas sul-africanas: jovem, empreendedor, de força física e moral, em oposição ao “aventureiro” que se envolve com a mineração ou com atividades criminosas, em especial o contrabando de álcool e os jogos de azar. Subjacente ao trabalho na agricultura ou na mineração, Carey-Hobson ainda reserva espaço em seu romance para os trabalhadores negros, descritos como subservientes e disciplinados, afetuosamente apegados aos seus patrões brancos, sintomático da presença de ideais paternalistas e racistas em sua escrita literária.

Literatura e política colonial no sul da África

Nas últimas décadas do século XIX, miríades de romances ambientados nos territórios coloniais escoavam pelo mercado editorial britânico, momento em que tramas de aventura ganhavam notória popularidade. Publicados em formato folhetinesco nas revistas especializadas, em volumes produzidos a baixo custo, ou até mesmo em “edições coloniais”, os romances de aventura alcançaram o *status* de *best-sellers*, e, no processo, contribuíam para a formação das atitudes e afetos de parte de seu público, em especial diante da expansão colonial em África. Esses romances estavam associados à construção do que Valentin Mudimbe (1998) designou de “biblioteca colonial”, ou seja, um conjunto de enunciados discursivos acerca da África e das sociedades africanas, reiteradamente embasados em referenciais eurocêntricos e colonialistas que inviabilizam uma leitura plural e intercultural do mundo. Ao lado de outros textos e imagens produzidos por europeus no período em questão, os romances de aventura também atuavam na conformação de estereótipos raciais, fixando assim a construção ideológica de alteridades em situações coloniais (BHABHA, 2013, p. 117-118), de modo a reduzir, essencializar e naturalizar diferenças (HALL, 2016, p. 191).

Essas narrativas frequentemente apresentavam descrições do interior do continente africano ancoradas em exotismo, descrevendo-o como repleto de animais selvagens e riscos inevitáveis que garantiam vivências aventurosas e desenfreadas. Tingidos pelas marcas de preconceitos e teorias raciais, tais obras literárias narravam as ameaças representadas pelas chamadas “raças inferiores”, descrevendo nativos perigosos e incompreensíveis, naturalmente movidos à violência e ao extermínio, traduzindo suas formas de resistência como atos de agressividade descomedida e autodestrutiva. Ou, por outro lado, evocavam o que seus autores entendiam ser o “fardo do homem branco”, como denominou o poeta Rudyard Kipling

no final do século XIX: a crença na missão civilizadora dos homens europeus, a necessidade de civilizar e subjugar as outras raças, em nome de práticas políticas coloniais vistas e descritas naquele momento, pelos seus articulistas, como justas e benevolentes.

A proliferação da literatura aventureasca ocorreu em associação ao recrudescimento do colonialismo na segunda metade do século XIX, e desencadeou uma nova semântica em torno da ideia de aventura e da figura do aventureiro. Até o século XVIII, o aventureiro era visto como um personagem nas margens da legalidade, um criminoso ou usurpador estigmatizado, que evocava certa aura de errância, mas que se acomodava adequadamente ao espaço europeu: heróis românticos, ladinos e quixotescos, famosos por suas aventuras amorosas. Contudo, o aventureiro que domina a ficção na segunda metade do século XIX tornava-se capaz de romper com o espaço europeu e, longe de ser um intruso no espaço cotidiano, se torna uma figura de partida, cuja representação evocava a idealização de distâncias geográficas e a possibilidade da conquista territorial. Segundo Sylvain Venayre, a redefinição de aventura trouxe consigo uma série de valores difundidos na época: a exaltação do individualismo e da iniciativa individual; a valorização da conquista e do risco mortal, visto como um meio de viver intensamente; e a virilização da aventura, na medida em que esta era entendida como “um meio de se tornar homem, e um homem vigoroso” (VENAYRE, 2001, p. 93-112).

A fórmula adotada por muitos destes romances aventurecos publicados entre as décadas de 1870 e 1890 pululava de episódios de risco e perigo, missões secretas e perseguições implacáveis, cenas de batalhas, caçadas e campanhas militares. Os protagonistas, geralmente adolescentes ou homens jovens, eram retratados como corajosos e bravos, intrépidos e engenhosos; suas ações heroicas importavam muito mais do que o desenvolvimento moral ou intelectual do personagem. As motivações que os levavam à África variavam, mas em geral, estavam relacionadas a questões militares, ao comércio ou à exploração das riquezas minerais (RICHARDS 1989. p. 75-79). Essas ficções cingiam o “mito energizante do Imperialismo britânico. Elas eram, coletivamente, a história que a Inglaterra contava a si mesma quando ia dormir à noite; e, na forma de sonhos, elas recarregavam a vontade britânica com a energia para ir ao mundo explorar, conquistar e dominar” (GREEN, 1979, p. 3). Considerado no período como um gênero literário voltado a um público leitor masculino, os romances de aventura igualmente idealizavam perfis de virilidade em situação colonial, demarcando características como a bravura e a coragem, a força física e o destemor, a homosociabilidade e a camaradagem masculina, o gosto pela ação, o morrer e matar em nome da glória ou pela manutenção do Império.

O crescimento do mercado editorial, o desenvolvimento de novas técnicas de impressão, o barateamento dos custos e das taxas sobre impressos, a publicidade na imprensa periódica e a expansão dos índices de letramento garantiram que, ao final do século, romances e revistas literárias se tornassem cada vez mais acessíveis ao público leitor. Estes romances aventureiros foram popularizados tanto em tomos quanto nos impressos periódicos especializados, ao exemplo da revista *Boy's Own Magazine*, fundada em 1855 e voltada para jovens oriundos das elites e das classes médias. Os contos publicados na revista apontavam para um dos elementos centrais na ficção aventureira do período: a ideia de que a leitura e a literatura seriam capazes de formar homens comprometidos com a expansão do colonialismo e a ideia da Inglaterra enquanto agente civilizador. As revistas literárias evocavam um clima de otimismo colonial, apresentando peripécias arriscadas, nas quais jovens e heroicos protagonistas destilavam atos de bravura e coragem. O período em questão assistiu a uma proliferação dessas revistas literárias, ao exemplo da *Boys of England*, *Young Men of Great Britain*, *Union Jack*, *Boys of Our Empire*, entre dezenas de outros títulos impressos em milhares de cópias, e que articulavam uma relação direta entre literatura, virilidade e a soberania britânica no domínio de outros territórios (BOYD, 2003, p. 28).

Segundo Anne McClintock, essas produções literárias se entrelaçavam às ansiedades sociais e políticas de seus produtores e de parte do seu público leitor nas metrópoles. A literatura aventureira estava diretamente vinculada ao projeto do colonialismo, marcado pelo reordenamento do trabalho colonial, por esforços constantes de controle e exploração da mão de obra africana negra e de fontes de matéria prima, mas também por instâncias de conflito, negociação e resistências a esses processos. Em suma, o colonialismo europeu “foi, desde o começo, um encontro violento com hierarquias preexistentes de poder que tomou forma não como um desdobramento de seu próprio destino, mas como interferência oportunista e desordenada com outros regimes de poder”. Desta forma, o colonialismo resultou de uma rede intrincada de processos e encontros com “formas alternativas de autoridade, conhecimento e poder” (MCCLINTOCK, 2010, p. 21-38), os quais também promoveram “processos de mutação cultural e inquieta (des)continuidade que ultrapassam o discurso racial e evitam a captura por seus agentes” (GILROY, 2001, p. 35) – enfim, uma situação histórica contestada, em conflito, mesmo que em um contexto de fortes hierarquias e desigualdades de poder político.

Parte significativa da literatura aventureira produzida no período estava ambientada nos territórios sul-africanos, que atraíram os olhares de articulistas das práticas políticas coloniais a partir das décadas de 1860 e 1870, momento de descobertas das jazidas de ouro e diamantes, o que promoveu conflitos e reordenamentos geopolíticos em consequência da expansão

econômico-territorial, além de um esforço, por parte do colonato branco e da administração colonial, em controlar as terras e a mão de obra africana. Nas últimas décadas do século XIX, e início do século XX, essas ações coloniais levaram ao enrijecimento da legislação segregacionista, com o objetivo de expropriar sul-africanos negros de suas terras ancestrais e compor uma massa de mão de obra semiproletarizada. Até 1910, a região, dividida entre as colônias britânicas do Cabo e de Natal, os territórios de linhagens e chefias africanas (ao exemplo do Reino Zulu), e as repúblicas bôeres do Transvaal (República Sul-Africana, *Zuid-Afrikaansche Republiek*) e o Estado Livre de Orange, atraiu os interesses do público leitor devido às iniciativas e resistências africanas diante do avanço do colonialismo, em especial os Zulus na década de 1870, e pelas campanhas políticas que visavam a formação da unidade política no território sul-africano, por meio do estabelecimento de uma confederação administrada pelo Império Britânico. Essas campanhas, promovidas pelo secretariado colonial britânico, resultaram na malfadada anexação do Transvaal em 1877, a qual foi posteriormente revogada após a guerra sul-africana de 1880-1881, que contrapôs as forças britânicas aos bôeres transvaalenses contrários à anexação territorial.

De acordo com o historiador Ngwabi Bhebe, o expansionismo da república do Transvaal entre os anos de 1860 e 1870 deparou-se com as resistências de chefias e linhagens africanas, em especial dos Bapedi, povos de língua e cultura Sotho, na época liderados por Sekhukhune. Em maio de 1876, o governo do Transvaal, com o auxílio de regimentos de guerreiros Swazi, entrou em guerra com os Bapedi, ação que levou a resultados catastróficos para os bôeres e no endividamento da república bôer. O caos administrativo e a derrota pelos Bapedi facilitaram o projeto anexacionista levado a cabo por Theophilus Shepstone, um administrador colonial em Natal, no início de 1877. A anexação do Transvaal também estava vinculada a outros fatores, mormente o esforço dos britânicos para liberar a mão de obra africana que, na república bôer, havia sido bloqueada pelas leis de passes estabelecidas entre 1873 e 1874, a fim de que “ela pudesse afluir livremente às minas de diamantes e aos canteiros de construção da estrada de ferro na colônia do Cabo” (BHEBE, 2010, p. 196). Até então, o governo transvaalense esforçava-se em obstruir a livre circulação da mão de obra africana, permitindo que os especuladores imobiliários, tanto britânicos quanto bôeres, vivessem dos alugueis pagos pelos meeiros africanos instalados em suas terras, e que tinham pouco interesse em vender os seus serviços aos proprietários das minas ou outros empregadores brancos.

Além do esforço pelo controle dos fluxos migratórios de mão de obra africana, a administração colonial britânica tinha conhecimento de que o território transvaalense detinha importantes jazidas minerais, tornando-se talvez a região mais rica da África do Sul. Por

extensão, a república, que não tinha acesso direto ao mar, ameaçava a construção de uma estrada de ferro até a Baía de Delagoa (atual Baía de Maputo, em Moçambique), o que a deixaria independente dos portos comerciais britânicos, especialmente na Colônia de Natal. Do ponto de vista do secretariado colonial britânico, a anexação do Transvaal também deixaria o Estado Livre de Orange sem muitas opções, exceto aceitar acordos políticos e comerciais com a esfera de influência política britânica.

A anexação do Transvaal por Shepstone ocorreu em abril de 1877, e foi relativamente simples, já que a república rumava à bancarrota em decorrência dos conflitos contra os Bapedi, e também porque seu presidente, Thomas François Burghers, era particularmente impopular. Entretanto, a administração colonial não foi capaz de conciliar os interesses bôeres, cuja elite política resistia à anexação por meios pacíficos, sobretudo pelo envio de delegações à Londres. Em dezembro de 1880, os bôeres declararam unilateralmente a independência do Transvaal, em um governo provisório dirigido pelo triunvirato formado por Paul Kruger, Piet Joubert e M. W. Pretorius. A recusa britânica em reconhecer a administração do Transvaal levou à mobilização armada dos bôeres e à eclosão da guerra sul-africana no final de 1880 (BHEBE, 2010, p. 204-208).

Diversos centros urbanos do Transvaal, ao exemplo da capital, Pretoria, de Potchefstroom, Standerton e Wakkerstroom, foram cercados pelas tropas bôeres, enquanto soldados britânicos, com auxílio de voluntários civis, resistiam aos avanços inimigos. Outras regiões, tais como Rustenburg, Lydenburg e Marabastad, permaneceram neutras. Os bôeres insurgentes foram incapazes de capturar quaisquer das cidades sitiadas, mas derrotaram as forças coloniais britânicas na batalha de Majuba Hill, em fevereiro de 1881. Diante daquele quadro, no mês seguinte, o novo governador de Natal, Evelyn Wood, assinou um armistício com as lideranças bôeres. A independência do Transvaal foi reconhecida, porém submetida à suzerania britânica. Do ponto de vista do colonato britânico no Transvaal, que viam seus direitos políticos e vantagens econômicas ameaçadas pela restituição aos bôeres, a assinatura do armistício representava uma grande traição engendrada pelo governo britânico, na época encabeçado pelo primeiro-ministro William Gladstone, cuja política liberal visava manter os territórios já conquistados, e não necessariamente expandir (LABAND, 2004).

Sobre colonos laboriosos, aventureiros e trapaceiros

A guerra sul-africana de 1880-1881, que intensificou a polarização entre britânicos e bôeres na disputa pelo Transvaal, serviu de inspiração para diversos literatos da época, tais

como H. Rider Haggard e Bertram Mitford, os quais produziram romances aventureiros ambientados durante os conflitos. Com efeito, embora a literatura de aventura fosse considerada, no período, como um campo exclusivamente masculino (SHOWALTER, 1993), algumas escritoras inseriram-se nesse gênero literário, ao exemplo de Mary Ann Carey-Hobson. As informações concernentes à trajetória de Carey-Hobson são, até o momento, escassas: sabe-se que nasceu em Londres, em 1832, mas migrou com sua família para a Colônia do Cabo na década 1840, estabelecendo-se, mais tarde, na região oriental do Cabo, e no distrito de Graaf-Reinet. Sua família possivelmente fazia parte das primeiras gerações de imigrantes que partiram ao sul da África após a anexação da Colônia do Cabo pelos britânicos, nas décadas iniciais do século XIX. Com base na sua experiência pessoal, publicou uma série de romances de aventura ambientados naquela região, tais como *The Farm in the Karoo* (1883), *The Wood-Cutters of Perie Bush* (1889) e *Leila, or, Slave or no Slave* (1893).

A análise da produção literária de Mary Ann Carey-Hobson, a partir de pressupostos teórico-metodológicos inspirados na história social da cultura e nos estudos africanos, concentra-se na fonte literária. Uma análise atenta ao lugar dos textos revela que são parte integrante dos atores sociais, em especial, em seu papel de construir sentidos e significados às relações sociais ou de poder (HALL, 2016). E, no caso em questão, demonstram o seu lugar “nos discursos de uma cultura colonial” (BHABHA, 2013, p. 118). A problematização da escrita literária de Carey-Hobson, com ênfase na constituição de discursos acerca dos mundos do trabalho colonial, articula-se a um esforço de compreensão do papel da imaginação literária na construção dos sistemas coloniais, em interlocução, “segundo as circunstâncias, aos diversos aspectos políticos, jurídicos e administrativos” (BALANDIER, 1993, p. 109).

Os romances de Hobson, produzidos a partir de certa perspectiva autobiográfica e de suas vivências no interior sul-africano, demarcavam a ação de homens e mulheres – africanos, britânicos e bôeres – no processo de expansão econômico-territorial. Na dedicatória de *The Farm in the Karoo* a autora deixa explícita as conexões coloniais: “dedicado aos meninos da Inglaterra e aqueles do ‘Cabo’ e especialmente aqueles que se reconhecerão enquanto parte ativa de muitas das aventuras e incidentes aqui descritos”. Hobson admitia, no prefácio, que tratava de um “momento em que a África do Sul atrai muita atenção”, e que, portanto, seus relatos poderiam interessar aos que “tem amigos e familiares entre os colonos do Cabo, ou que talvez esperem um dia encontrar uma vida de aventuras entre serpentes, elefantes, tigres e babuínos do grande continente, o qual atraiu tantos exploradores e se tornou o lar para tantos espíritos jovens e ardentes” (HOBSON, 1883, s.p.). As relações entre aventura e política colonial ficavam demarcadas na dedicatória e no prefácio, associando ainda a ocupação do sul

da África à ação de homens “jovens e ardentes”, contrapostos a uma natureza idealizada como selvagem, ainda que repleta de oportunidades de enriquecimento.

Por volta do mesmo período, Hobson publicou *At Home in the Transvaal* (1884), no qual narra o cotidiano de homens e mulheres envolvidos na agricultura e na exploração de minérios preciosos no Transvaal pós-1877, contrapostos às transformações políticas do período. Assim, na segunda parte do romance, a romancista relata a guerra sul-africana e a devolução do Transvaal aos bôeres a partir dos sentimentos e sensibilidades de seus personagens, que são, em geral, pequenos agricultores, trabalhadores das minas de diamantes e colonos que, sem muitos recursos financeiros, deixam a Inglaterra para tentar a sorte na África do Sul. Em linhas gerais, Hobson parece delinear características que definiriam o colono desejável para o sul da África: homens e mulheres jovens, brancos, laboriosos e perseverantes, dedicados sobretudo à agricultura e sem vícios morais. Paralelamente, a romancista elenca uma miríade de antagonistas ao longo da trama, especialmente homens de moralidade questionável, bêbados arruaceiros e criminosos, indivíduos traiçoeiros que não hesitam em explorar as fraquezas e fragilidades dos colonos nas minas do Transvaal.

No centro da narrativa literária, estavam subjacentes as transformações sociais, políticas e econômicas do período. Pela ênfase nos relatos do cotidiano transvaalense, Hobson retrata um momento de transição entre uma economia predominantemente agrária e a difusão do capitalismo industrial no sul da África, em decorrência das descobertas de ouro e diamantes, principalmente ao norte do rio Vaal, nos distritos de Zoutpansberg e Lydenburg, entre as décadas de 1870 e 1880. Nesse período, a região de Witwatersrand tornou-se o epicentro das transformações econômicas, atraindo milhares de trabalhadores migrantes e companhias de mineração interessadas na aquisição de terras e na exploração do trabalho, circunstâncias que promoveram o crescimento de centros urbanos nas imediações dos campos de mineração, ao exemplo de Joanesburgo.

A região tornou-se o ponto de destino de muitos operários negros oriundos do sul de Moçambique e do interior da Colônia do Cabo e de Natal (HARRIES, 1994), além de indivíduos engajados na prestação de serviços, tais como no ramo dos transportes e no comércio. Segundo Charles Van Onselen, o cotidiano do trabalho na região de Witwatersrand era marcado por tensões, conflitos entre interesses dos empregadores e dos mineiros, e contradições sociais: por um lado, uma política de controle social voltada à disciplinarização dos trabalhadores, mas, por outro lado, a tolerância com certas práticas sociais, tais como o consumo de álcool ou a prostituição, que, do ponto de vista dos randlords, os “magnatas da

mineração”, garantiriam a dependência e a permanência prolongada dos operários nas regiões de mineração (VAN ONSELEN, 2001, p. 5-7).

Ao lado das questões sociais e econômicas, Carey-Hobson dedica parte significativa de *At Home in the Transvaal* para tratar dos conflitos políticos, em especial, entre bôeres e britânicos pelo domínio do Transvaal. Destarte, no prefácio ao seu romance, Carey-Hobson já apresenta aos seus leitores algumas chaves de leitura de sua obra, baseadas em seus posicionamentos políticos quanto à anexação do território do Transvaal. Na primeira edição, publicada em 1884, afirmava que “a anexação havia sido ruim, pois foi prematura”, mas o que acreditava ser pior, “em comum com todos os colonos sul-africanos da raça britânica”, foi “o retrocesso, realizado da forma como foi após duas derrotas desastrosas” (HOBSON, 1896, p. V), referindo-se à devolução do território transvaalense aos bôeres.

Contudo, observando retrospectivamente, em seus comentários na segunda edição do romance, a romancista denota que, “com a maravilhosa descoberta de ouro em Witwatersrand, o subsequente desenvolvimento da indústria mineradora, e o rápido crescimento de Joanesburgo”, o governo transvaalense “enriquecera por meio dos impostos derivados do trabalho das minas, majoritariamente por uma comunidade anglófona”, enquanto que “muitos dos fazendeiros bôeres”, isentos dessas taxas, enriqueceram ao vender terras “originalmente apropriadas dos nativos”. Assim, contrapondo à exploração das minas e as atividades agrícolas, Hobson afirma que seu principal objetivo era demonstrar que “nem todos os bôeres são iguais”: embora alguns deles fossem “ignorantes, fanáticos e cruéis”, outros seriam “bravos, virtuosos e patriotas tementes a Deus” (HOBSON, 1896, p. V-VI).

Em decorrência da polarização entre britânicos e bôeres na disputa pela supremacia política e cultural nos territórios sul-africanos, diversos romancistas alinhavados aos interesses coloniais reforçavam uma série de características negativas vinculadas aos descendentes de holandeses, alemães e franceses que se estabeleceram na África Austral desde o século XVII. Estes estereótipos encontravam-se enraizados em ideias de degenerescência racial e declínio moral, e foram gradativamente reforçados no contexto da guerra de 1880-1881, com o intento de destacar o papel do colonizador britânico enquanto parte de uma “raça” sóbria e laboriosa, cujo caráter nacional havia conquistado o direito de governar outros povos ou “raças inferiores”. Sobretudo na imaginação literária do período, o veredicto britânico reforçava duplamente a dimensão negativa sobre os bôeres, pois: 1) tratavam-se de descendentes de europeus que haviam abandonado as supostas qualidades que os tornavam superiores e aptos a controlar terras e populações no sul da África; 2) a permanência prolongada na região resultara na incorporação

da violência primitiva e de comportamentos “selvagens” comumente atribuídos na época aos africanos negros (LEE, 1999).

At Home in the Transvaal visa retratar os bôeres transvaalenses como indivíduos valorosos e respeitáveis, fortemente apegados à terra, às tradições e costumes inerentes ao modo de vida nas fronteiras. Assim, ao longo da trama, Carey-Hobson apresenta a jovem Johanna van Arde, uma “bela garota do tipo moreno – cabelo negro feito piche, e em profusão imensa; os olhos de um castanho intenso, com um olhar onírico neles, feito os de um avestruz ou uma gazela” (HOBSON, 1896, p. 311); e Gertruida de Villiers, uma rica bôer do Cabo, “de grande beleza”, com uma “pele macia e delicada, e olhos grandes e escuros e vagantes”, uma profusão “de cabelo preto e lustroso como a plumagem de um corvo”, “figura graciosa” porém embebida na “indolência herdada de gerações passadas de antepassados escravocratas” (HOBSON, 1896, p. 412). Ou, ainda, o bravo soldado bôer Jacobus de Smidt que, além de traços cavalheirescos, reluta em se juntar à causa separatista no momento de eclosão de guerra, afirmando que “tenho muitos amigos ingleses, e sinto que eu preferiria permanecer como estamos a ter todas essas diferenças por terra” (HOBSON, 1896, p. 300). A romancista não ignora o aspecto negativo associado na época a parte dos bôeres transvaalenses, sobretudo em situação de conflito, tampouco seus antagonismos com africanos negros, mas demonstra a existência de outros homens e mulheres bôeres, capazes de conviver de forma mais harmoniosa com o colonato britânico na região.

Ao tratar sobre o pequeno colono britânico ou o trabalhador das minas de diamantes, Hobson delineia perfis baseados em tentativas de sucesso econômico ou derrota financeira. Na primeira parte do romance, por exemplo, a romancista narra as sagas de John Ford e Edward Graham, dois homens britânicos sem muitos recursos, que decidem apostar na sorte, deixar a Inglaterra e partir para o interior do Transvaal, onde adquirem uma pequena fazenda em Welgelen, voltada à pecuária. A despeito dos percalços, Graham encontra a felicidade conjugal, após casar-se com a jovem Fanny Smith, e perseverar nos cuidados da fazenda: “seus rebanhos estavam bem cuidados; suas terras eram bem trabalhadas, ao máximo que ele era capaz de cultivá-las e cercá-las com boas muralhas de pedra; e sua fazenda estava muito desenvolvida pelas diversas represas e diques que ele construiu em vários lugares”. Para Graham, a jornada rumo ao Transvaal representava não apenas uma oportunidade de ascensão social e econômica, mas também de liberdade das restrições sociais e morais dos centros urbanos, muito mais adequada à sua “natureza ativa e energética” (HOBSON, 1896, p. 245). Na visão de Hobson, esse pequeno herói era representativo de uma classe de indivíduos que conjugavam características morais e físicas necessárias aos empreendimentos coloniais, sobretudo no capital

agrário, interpretado pela letrada como uma aposta essencial no desenvolvimento econômico do Transvaal.

Adicionalmente, Carey-Hobson idealiza as fazendas transvaalenses como espaços ausentes de conflitos, nos quais a felicidade dos pequenos colonos encontra-se alinhada a relações paternais e afetuosas com outros fazendeiros brancos, ou mesmo com seus empregados negros. Nesse sentido, a ênfase recai sobre Brandon Carr, um colono britânico bem sucedido, que rapidamente forma laços de amizade com o recém-chegado Edward Graham, aconselhando-o em assuntos cotidianos voltados ao cuidado da fazenda e ao mercado especulativo de terras. Deste cenário idílico, de relações sociais idealizadas e harmônicas, Brandon Carr conclui que

eu não sei se tenho muito o que reclamar, no final das contas; pois tenho tudo o que gosto – isto é, uma quantidade generosa de caça e tiro, o suficiente para satisfazer a minha consciência de modo a não levar uma vida totalmente ociosa, e muitos livros e jornais para os momentos de lazer (HOBSON, 1896, p. 68).

O mesmo não se aplicaria ao desafortunado John Ford. Logo após chegar ao Transvaal, o jovem colono envolve-se com Jim Burstin e Tom Long, dois sujeitos metidos com “apostas, bebidas e brigas” (HOBSON, 1896, p. 20), degradados “pela prática de todo o tipo de vício” (HOBSON, 1896, p. 40), e que imediatamente passam a abusar da índole de Ford. O colono inexperiente, um “homem astuto e trabalhador das classes laboriosas” (HOBSON, 1896, p. 111), é convencido pelos dois gatunos a envolver-se em negócios de qualidade duvidosa nos campos de mineração, incluindo esquemas de apostas que visavam extorquir dinheiro de outros mineradores. Por meio desses personagens, Hobson caracteriza os tipos sociais que se envolveram com a exploração de minérios na região das montanhas Lebombo, “homens que em seus lugares nas colônias mais antigas raramente pensavam em botar suas mãos sobre algo para benefício próprio, e aqui trabalhavam feito marujos, tamanha era a fascinação de encontrar metal precioso” (HOBSON, 1896, p. 55). O rand era descrito pela romancista como um lugar de oportunidades de enriquecimento rápido, porém com resultados catastróficos, levando os mineiros frequentemente ao alcoolismo e aos jogos de azar, às brigas violentas pelo controle dos diamantes, ao sofrimento físico e mental e à morte. A vida nos campos de diamantes apresentou à John Ford a “tentação do mal” (HOBSON, 1896, p. 218), sobretudo pelo alcoolismo, que eventualmente o leva à morte após passar pouco mais de dois anos na colônia do Transvaal.

No universo ideológico compartilhado por Mary Ann Carey-Hobson em *At Home in the Transvaal*, o consumo do álcool pelos trabalhadores nas minas de ouro e diamantes era visto

não apenas como um vício moral, capaz de degradar fisicamente os indivíduos, mas também a partir de uma relação direta entre ociosidade e criminalidade, para estabelecer uma distinção clara entre as “classes laboriosas” e as “classes perigosas”. Diferentemente das fazendas transvaalenses, onde predominam relações harmoniosas entre colonos e empregados, Carey-Hobson imagina os campos de mineração como espaços de conflitos e tensões sociais, muitos dos quais relacionados ao consumo de álcool e aos jogos de azar: após encontrar um mineiro suicida com seus bolsos cheios de diamantes, os pilantras Jim Burstin e Tom Long confrontam-se pela posse das pedras preciosas, levando à morte de Jim e à prisão de Tom, pelos crimes homicídio e “práticas fraudulentas e terríveis contravenções em Leydenburg” (HOBSON, 1896, p. 140).

São esses personagens, ao exemplo de Tom Long e Jim Burstin, que representam, na trama de Mary Ann Carey Hobson, o tipo de “aventureiro”. Homens que, sem lugar social nas suas pátrias de origem, se lançam à prospecção de diamantes e atividades ilícitas no sul da África, explorando outros colonos por meio de trapagens ou induzindo-os aos “vícios morais” do alcoolismo e dos jogos de azar. Dessa forma, a romancista caracteriza Tom Long como “um homem educado”, possuidor de um “espírito de imprudência, degradado pela prática de todo tipo de vício que aparecia no seu caminho”, um “temerário turbulento” (HOBSON, 1896, p. 40), forçado a fugir da Inglaterra para o Transvaal após cometer “algum crime hediondo que o fez se tornar um fora-da-lei em seu país”: deserdado pela sua família por se envolver com “apostadores, fura-greves e outros sujeitos de má-reputação” (HOBSON, 1896, p. 42), Tom Long acaba perdendo todo o dinheiro que tinha em apostas, e se envolve em uma discussão física que termina com a morte de seu comparsa, Jim Burstin. Na visão de Hobson, é esse o tipo de homem a ser encontrado nos campos de mineração: gatunos trapaceiros e de moral dúbia, aptos a explorar a ingenuidade de colonos recém-chegados.

Assim, por meio do desafortunado John Ford, Hobson demonstra, desde as páginas iniciais de seu romance, os percursos de um homem trabalhador, porém ingênuo, que parte ao Transvaal diante das oportunidades vinculadas à agricultura, mas, por envolver-se com más companhias, encanta-se com a possibilidade de enriquecimento fácil nas riquezas minerais. Simultaneamente, em personagens como Jim Burstin e Tom Long, Hobson questiona os caminhos trilhados por indivíduos que, na busca de construir seu próprio monopólio, envolvem-se com vícios morais e atividades criminosas. Dessa forma, “é inescapável a menção às alterações político-sociais que ocorreram a partir da descoberta de riquezas minerais ao longo da segunda metade do século XIX”, e que, além de acelerar os processos de industrialização e modernização, gerou o “acirramento das tensões entre os dois grupos colonizadores, ingleses e

afrikaners [bôeres]” (GOMES, 2010, p. 25). Interpretando a situação à luz dos posicionamentos de Hobson no prólogo do romance, é possível pensar em conexões entre os avanços da mineração e da industrialização, que, para a letrada, não ofereciam nenhuma garantia de sucesso financeiro aos trabalhadores britânicos, e a intensificação das animosidades com os bôeres e, posteriormente, com o governo transvaalense.

Nesse ponto, a romancista apresenta um quadro político em torno da anexação do Transvaal, bem como os benefícios de sua inserção na esfera de influência colonial britânica. A anexação garantiria a proteção dos transvaalenses diante do crescimento de seus vizinhos Zulus, liderados pelo *inkosi* Cetshwayo kaMpande, e que, segundo Hobson, haviam cultivado um “espírito de rebelião contra o domínio holandês [bôer]” (HOBSON, 1896, p. 256). Sabe-se que, as animosidades entre o governo do Transvaal e o centro de poder Zulu haviam se acirrado entre 1878 e 1879, sobretudo com a invasão das fronteiras Zulus, na região do rio Buffalo, por fazendeiros transvaalenses, resultando em litígios territoriais, na ocupação de terras e taxaço adicional sobre a população nativa. Após a anexação do Transvaal, a administração colonial britânica optou pela defesa dos interesses do colonato bôer, circunstância que levou à chamada guerra Anglo-Zulu em 1879 (CHANAIWA, 2010, p. 226). Do ponto de vista da romancista, contudo, as ações Zulus eram atribuídas ao “espírito de rebelião”, justificando também a anexação britânica do Transvaal como uma medida protecionista diante das “grandes massas de tribos nos arredores” (HOBSON, 1896, p. 256). Hobson assume uma tonalidade semelhante ao caracterizar Sekhukhune e seus guerreiros Bapedi, caracterizados como “selvagens” bem armados, aptos não apenas a “resistir à opressão de qualquer forma” como também “vingar-se daqueles que covardemente escravizaram suas crianças e jovens” (HOBSON, 1895, p. 255).

Embora vista pela letrada como “animada pelos melhores motivos”, a anexação foi feita de forma demasiadamente apressada, “sem o cuidado de levar em consideração as vozes do povo”. O clima de caos administrativo e falência financeira que seguiu às operações realizadas contra os Bapedi teriam levado a elite política do Transvaal a um estado de “confusão e perigo”, e, como resultado, aceitaram a anexação diante da possibilidade de investimentos ingleses que revigorassem a economia local e as “instituições civis”. Os grupos revoltosos que, a partir de 1880, “clamavam por independência” representavam, na perspectiva de Hobson, um coletivo de “agitadores inescrupulosos” (HOBSON, 1896, p. 257), descontentes com o governo coloniais britânicos e fortemente apegados às suas instituições políticas locais. Estes representariam “não a melhor classe de holandeses”, mas sim “os ignorantes, inconciliáveis e retrógrados bôeres, que não conseguem compreender as vantagens que teriam por serem súditos ingleses” (HOBSON, 1896, p. 266).

A convivência entre fazendeiros bôeres e colonos britânicos, tal qual idealizada ao longo do romance de Hobson, é fraturada com a eclosão da guerra sul-africana de 1880-1881, opondo, mesmo que de forma relutante, antigas amizades e deixando em evidência o caráter mais violento de parte dos homens bôeres, sobretudo no tratamento delegado aos africanos. Nesse momento da trama, Hobson atenta-se de forma mais incisiva nos antagonismos políticos entre britânicos e bôeres, com ênfase nas consequências imediatas para o colonato britânico instalado no Transvaal. Alguns personagens despontam nesse momento da trama, tal qual o comandante Nicholas, um bôer autoritário e vilanesco, “provocando guerra como um pretexto para roubar e causar violência” (HOBSON, 1896, p. 427). Simultaneamente, Carey-Hobson demarca a existência de traços cavalheirescos entre alguns bôeres, ao exemplo do soldado Jacobus de Smidt, mobilizando uma linguagem de gênero e virilidade para demonstrar que nem todos os bôeres eram degenerados – alguns, relutantes a unir-se à causa separatista, eram apresentados como bravos e valorosos capazes de manter relações amistosas com os colonos britânicos no Transvaal.

A “pobre e velha Trijne” e o “pequeno Yacob”: os trabalhadores negros

A partir da aproximação entre bôeres virtuosos e fazendeiros ingleses laboriosos e produtivos, Hobson parece idealizar a formação da sociedade colonial dirigida por uma elite branca, mas ancorada sobre a exploração da mão de obra de africanos negros. Sabe-se que essa era uma preocupação compartilhada por parte da elite colonial e do colonato branco no sul da África que, nas últimas décadas do século XIX, promoveu uma série de medidas que visavam controlar e explorar a mão de obra africana, em especial nos campos de mineração ou nas fazendas. Percebe-se, destarte, uma distinção notável entre os trabalhadores brancos e negros na escrita literária de Carey-Hobson: enquanto os colonos brancos (tanto britânicos quanto bôeres) destacam-se por seu empreendedorismo e força de vontade, os trabalhadores negros são descritos como obedientes e subservientes exemplos do que se denominava na época de “bons selvagens”, isto é, de africanos negros em processo de assimilação pela sociedade colonial, e, portanto, coniventes com a autoridade da elite branca.

Na primeira metade do romance, Carey-Hobson apresenta seus leitores à Trijne, uma idosa Khoekhoen empregada na fazenda de Brandon Carr, próspero colono britânico no Transvaal. Logo de início, o colono alerta ao fato de que “essa velha mulher, por exemplo – boa criatura que é, e uma serva necessária - se torna repugnantemente bêbada sempre que tem a chance”, reforçando imagens estereotipadas que, naquele contexto, relacionavam os vícios do

alcoolismo à população negra. A “pobre e velha Trijne” é retratada ainda como uma “querida amiga pessoal”, e, portanto, afetuosamente apegada a Brandon Carr, elemento sintomático de certo tom paternalista por parte da romancista ao descrever a relação entre a Khoekhoen e seu empregador branco. Carey-Hobson ainda nos informa a respeito das circunstâncias pelas quais Trijne chegou à fazenda, indicando que se tratava da matriarca de uma família de Khoekhoen desterrados e que foram acolhidos na propriedade em situações precárias. Quanto à Trijne, Carr a delegou aos serviços domésticos, enquanto seu filho se tornou “um jardineiro talentoso, e sua esposa faz o que consegue na casa, além de lavar roupas” (HOBSON, 1896, pp. 78-81).

Ao longo da trama, Hobson também apresenta seus leitores ao “pequeno Yacob” (*Little Yacob*), um “boy” de origem San, “o qual era um homem de idade, embora, por ser um bosquímano (*Bushman*), apenas uma criança em estatura”. “Boys” e “houseboys” faziam parte do cenário laboral no sul da África nas últimas décadas do século XIX, em geral envolvidos em serviços domésticos como limpeza das casas e chaminés, cuidado com os jardins e preparo de refeições. Entre algumas famílias de classe média e operárias, os *houseboys* viviam na mesma casa que seus patrões, desempenhando outras funções cotidianas, tais como cocheiros ou até mesmo auxiliando seus senhores em funções íntimas, no banho ou na troca de roupas (VAN ONSELEN, 2001, pp. 239-246). Ao que tudo indica, a tonalidade adotada pela romancista ao retratar o “pequeno Yacob” indica uma transição entre sistemas de trabalho compulsório ou de escravidão, conhecido entre os bôeres como *inboekstelsel*, para o trabalho remunerado, momento em que a implementação de sistemas de passes e outras leis visavam restringir a mobilidade desses trabalhadores domésticos e intensificar o controle social sobre serviçais negros.

Dessa forma, a romancista o descreve como vítima da violência perpetrada pelos bôeres no Transvaal, os quais “mataram alguns dos bosquímanos, e capturaram todas as crianças, algumas mulheres e o resto dos homens, e transformaram-nos em servos”. Embora assegure que alguns bôeres “eram muito bondosos com o seu povo”, “seu mestre sempre tinha sido mau e cruel – costumava espancá-lo por nenhum motivo, e ao final, depois de muitos anos, ele fugiu, e desde então viveu com seu mestre atual” (HOBSON, 1896, pp. 300-302). Yacob é constantemente comparado a uma criança, o que demonstra, a um só golpe, os estereótipos raciais, em especial a crença no desenvolvimento atrofiado de africanos negros, e o paternalismo que informavam a escrita literária de Carey-Hobson, reimaginando as relações entre colonos e seus empregados africanos a partir de um simbolismo de afeição paternal e obediência filial, uma “política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual

os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana” (CHALHOUB, 2003, p. 98).

Quanto aos campos de diamantes, Carey-Hobson associa o trabalho negro “aos nativos que migram” (HOBSON, 1896, p. 52), passando pela região da Baía Delagoa (atual Baía de Maputo) para trabalhar, em caráter temporário, na mineração. Sabe-se que, o período em que Carey-Hobson escreveu e publicou *At Home in the Transvaal* foi marcado pela implementação dos primeiros *compounds* fechados nas regiões de mineração, em especial em Kimberley, os quais visavam alojar os trabalhadores negros, muitos deles em caráter temporário, em um rigoroso sistema disciplinar, com o fito de impedir os roubos de diamantes – o que incluía medidas de estrita vigilância, disciplinando o cotidiano dos trabalhadores (ZAMPARONI, 2012, pp. 204-205). Ao mencionar um cenário repleto de “tendas” e “chalés de ferro” (HOBSON, 1896, p. 196), a romancista possivelmente aludia ao contexto de formação do sistema de *compounds*, os quais, inspirados nas vilas operárias europeias, eram vistos como uma forma de proteção contra os “vícios degeneradores da civilização europeia” (ZAMPARONI, 2012, p. 205), sobretudo o alcoolismo e a prostituição. Contudo, é preciso lembrar que, em práticas cotidianas e ações culturais, muitos trabalhadores rompiam com a lógica disciplinar, e, além disso, muitos trabalhadores negros nas minas transvaalenses eram remunerados com armas de fogo e munição, especialmente a partir da década de 1870; o crescente comércio dessas armas redimensionava os conflitos e as resistências africanas na região, vinculando as experiências de guerra com o trabalho nas minas (SANTOS, 2017, p. 207-208).

Ao descrever os trabalhadores nos campos de ouro e diamantes, a ênfase de Carey-Hobson recai sobre os mineradores brancos, em especial os desafortunados John Ford e John Sinclair, o qual, vítima dos golpes de Burstin e Long, recai em profunda depressão e comete suicídio nas minas. Entretanto, a romancista também apresenta seus leitores a David, o empregado de Sinclair, descrito como um “servo honesto” (HOBSON, 1896, p. 127) devotamente apegado ao seu patrão, e que chora copiosamente após sua morte. Esses elementos reforçam a idealização de um tipo muito específico de trabalhador negro no romance de Mary Ann Carey Hobson: fiel e subserviente, dedicado principalmente às funções domésticas, ainda que em constante vigilância de seus patrões e submetido a formas de controle social. O pretexto ao recrutamento da mão de obra africana utilizado no contexto estava atrelado à ideia de que, em seu estado natural, africanos negros seriam tradicionalmente preguiçosos e, por isso, precisavam ser inculcados com o “valor do trabalho árduo (ainda que o trabalho não os beneficiasse diretamente)” (KHAPOYA, 2015, p. 182), ou ainda suscetíveis aos “vícios

morais”, ao exemplo do alcoolismo. Esse processo de “proletarização” dos africanos no sul da África também estava vinculado a um esforço, por parte da elite colonial, em delegar esses trabalhadores a funções consideradas como inferiores ou mais insalubres, tanto nos campos de mineração quanto no serviço doméstico (KANIKI, 2010, pp.437-484), desvinculando-os das autoridades tradicionais africanas para, assim, diminuir os antagonismos e inviabilizar a formação de relações de solidariedade.

Assim, alguns personagens negros, ao exemplo da idosa Khoekhoen Trijna na fazenda de Brandon Carr, ou do “boy” Yacob, vítima das violências e agressões dos bôeres, aparecem na trama apenas na função de empregados e lacaios unidos aos seus patrões por laços de fidelidade, dependência paternalista e obediência; tratam-se de personagens em processo de incorporação na sociedade colonial do Transvaal, presentes na trama a partir das relações que estabelecem com os bôeres e os britânicos. Outras referências aos africanos negros aparecem, por exemplo, quando Hobson relata os antecedentes da guerra de 1880-1881, com destaque para as campanhas bôeres contra os Bapedi, “como punição por recusar-se a pagar um certo imposto de palhota imposto sobre essa tribo” (HOBSON, 1896, p. 255), as quais acarretaram em uma inesperada derrota às milícias bôeres, já que os guerreiros de Sekhukhune estavam munidos de armas de fogo adquiridas em retribuição ao trabalho nas minas. Por isso, na ótica da romancista, as experiências da coletividade africana são comumente reduzidas a laços de antagonismo ou de dependência, pregando a importância do controle da mão de obra africana para garantir o domínio político-econômico na região.

Considerações finais

Publicado originalmente em 1884, *At Home in the Transvaal*, de Mary Ann Carey Hobson, narra o cotidiano das fazendas e dos campos de mineração após a anexação do território pelos britânicos, além de fornecer quadros explicativos ao contexto sociopolítico da época, em especial, os conflitos entre britânicos e bôeres transvaalenses entre 1880-1881. Desde o início da trama, os objetivos políticos da romancista são manifestos em torno de uma vontade de promover uma caracterização positiva acerca dos bôeres transvaalenses, apresentando-os como bravos e valorosos, ainda que reconhecendo a existência de antagonismos e de grupos dissidentes. Dessa forma, Hobson idealiza a formação de uma sociedade colonial composta a partir da solidariedade entre bôeres e britânicos, unidos por laços de amizade e interesses políticos ou econômicos em comum.

A ênfase da romancista recai sobre a formulação de um tipo desejável de colono para o Transvaal: homens jovens e bravos, empreendedores e valorosos, capazes de perseverar mesmo diante das adversidades humanas e naturais. Assim, o destaque incide sobre os pequenos fazendeiros e agricultores no Transvaal, fortemente apegados à terra e à moral do trabalho. Os campos de mineração, por outro lado, são descritos como espaços habitados por homens de moral questionável, envolvidos com atividades criminosas e contravenções, capazes de explorar a ingenuidade dos colonos recém-chegados ao rand. Dessa forma, Hobson estabelece um contraste entre os colonos laboriosos, dedicado ao trabalho com a agricultura e a pecuária, e os gatunos aventureiros e bêbados trapaceiros envolvidos na mineração.

Por extensão, o romance de Hobson estrutura-se a partir de outro contraste: fixando e naturalizando diferenças entre os trabalhadores brancos e os trabalhadores negros. Personagens como a idosa Khoekhoen Trijne e o “boy” Yacob são descritos como obedientes e subservientes emotivamente apegados aos seus patrões e delegados a funções domésticas. Dessa forma, as fazendas transvaalenses são idealizadas por Hobson como espaços ausentes de antagonismos sociais ou étnico-raciais, lugares de assimilação e de incorporação de africanos negros à sociedade colonial. Assim, *At Home in the Transvaal* alinha-se aos interesses da elite colonial e do colonato branco nas décadas de 1870 e 1880: estabelecer um controle mais efetivo sobre a mão de obra negra, desvinculando-a de suas terras ancestrais, dos espaços identitários e de comunidade, apartando-as das lideranças tradicionais, e simultaneamente negando direitos políticos e sociais.

Referências bibliográficas

- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. *Cadernos de Campo*, v. 3, n. 3, 1993, p. 107-131.
- BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2013.
- BHEBE, Ngwabi. Os britânicos, os bôeres e os africanos na África do Sul. In: AJAYI, Jacob Adeniyi. (org.). *História Geral da África: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO, 2010.
- BOYD, Kelly. *Manliness and the Boy's Story Paper in Britain: A Cultural History (1855-1940)*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2003.
- CHANAIWA, David. Iniciativas e resistências na África meridional. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GILIOME, Hermann. *The Afrikaners: Biography of a People*. Londres: Hurst & Company, 2011.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.
- GOMES, Raquel Gryszczenko Alves. *Olive Schreiner, literatura e a construção da nação sul-africana*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP, 2010.
- GREEN, Martin. *Dreams of Adventure, Deeds of Empire*. Nova York: Routledge, 1979.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Apicuri, 2016.
- HARRIES, Patrick. *Work, Culture and Identity: Migrant Labourers in Mozambique and South Africa 1860-1910*. Portsmouth: Heinemann; Joanesburgo: Witwatersrand University Press; Londres: James Currey, 1994.
- HOBSON, Mary Ann Carey. *At Home in the Transvaal*. 2a. Edição. Londres: Ward & Downey, 1896.
- HOBSON, Mary Ann Carey. *The Farm in the Karoo: or, What Charley Vyvyan and his friends saw in South Africa*. Londres: Juta, Heelis & Company, 1883.
- KANIKI, Marin H. Y. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. In: BOAHEN, Albert Adu. *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1883-1935*. Brasília: UNESCO, 2010.
- KHAPOYA, Vincent. *A experiência africana*. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LABAND, John. Burying The Union Jack: British Loyalists In The Transvaal During The First Anglo-Boer War, 1880-1881. *Journal of History of Intellectual Culture*, v.4, n.1, 2004. pp.1-19.
- LEE, Todd. The Fiction of Difference: The Afrikaner in British Adventure Fiction. *UCLA Historical Journal*, v.18, 1999, pp.1-26.
- MCCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MUDIMBE, Valentin. Y. *The Invention of Africa*. Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge. Bloomington: University of Indiana Press, 1988.
- RICHARDS, Jeffrey. With Henty to Africa. In: RICHARDS, Jeffrey (org.). *Imperialism and Juvenile Literature*. Oxford: Manchester University Press, 1989.
- SANTOS, Gabriela Aparecida dos. *Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: USP, 2017.

- SHOWALTER, Elaine. *Anarquia Sexual: Sexo e Cultura no fin-de-siècle*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- VAN ONSELEN, Charles. *New Babylon, New Nineveh: Everyday Life on the Witwatersrand 1886-1914*. Joanesburgo: Jonathan Ball, 2001.
- VENAYRE, Sylvain. Une histoire des representations: l'aventure lointaine dans la France des annés 1850-1940. *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, n. 84, 2001. pp. 93-112.
- ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. 2ª. Edição. Salvador: EDUFBA, CEAO, 2012.